



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR / 2024

INTRODUÇÃO:

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

SEÇÃO I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

1. A Justiça Eleitoral de Roraima (TRE-RR) necessita assegurar a segurança, a identificação e o controle de acesso de todas as pessoas que circulam em suas dependências. Para tanto, é imprescindível a confecção e fornecimento, sob demanda, de crachás de identificação para servidores, estagiários, colaboradores e usuários do serviço público.

2. Outrossim, conforme estabelecido na [Portaria Conjunta Nº 1, de 22 de maio de 2013](#), em seu Art. 2º, órgãos abrangidos pela referida portaria "deverão emitir a carteira de identidade funcional para os servidores do Poder Judiciário da União, com fé pública em todo o território nacional, conforme disposto no [art. 4º da Lei nº 12.774, de 2012](#)". Ademais, a presente demanda visa atender à Portaria 490 Identificação Funcional (0813992), à [Lei nº 12.774/2012](#), à [Resolução CNJ nº 380/2021](#), à [Portaria/TSE nº 667/2021](#), à [Resolução CNJ nº 537/2023](#) à [Resolução CNJ nº 435/2021](#), e à Portaria TRE/RR nº 065/2015 (0522450).

3. Assim, para prevenir o acesso não autorizado e garantir a integridade física de todos os presentes nas instalações do TRE-RR, bem como conferir ao servidor deste Regional um maior reconhecimento e credibilidade ao demonstrar seu vínculo com uma instituição de relevância como o TRE-RR, a disponibilização por este órgão de crachás e de Carteira de identidade funcional para todos que assim necessitam se faz necessário.

4. O TRE-RR não dispõe de contrato vigente para o fornecimento dos serviços/bens em questão e nem de pessoal especializado nem de equipamento adequado para confeccionar os documentos objeto deste Estudo. Desta forma, a contratação de uma empresa especializada é, portanto, indispensável para atender às demandas de forma eficiente e segura.

SEÇÃO II - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PAC 2023 evento 0735088):

1. O objeto da contratação **não** estava previsto no Plano de Contratações Anual de 2024. Todavia, em atenção ao fluxo de [Processo Licitatório - Fase Preparatória](#), a Diretoria-Geral no Despacho DG nº 18818/2023 (0824620), considerando a conveniência e oportunidade da demanda, **autorizou** prosseguimento do feito.

SEÇÃO III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

1. A contratação sob demanda deverá atender aos requisitos e especificações estipulados neste instrumento e no Termo de Referência.

2. Além das disposições do Termo de Referência, deverá comprovar:

- Atuar no ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação;
- **Certificação da ABNT NBR 15540/2020**, referente à comprovação de SISTEMA DE SEGURANÇA PARA IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS CONFIDENCIAIS ou certificação equivalente, bem como atender às demais exigências de segurança e sigilo.
- Não estar impedido de licitar/contratar com a Administração;
- Estar cadastrado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- Cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018.
- **Habilitação técnica:** Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional para comprovar que a(s) empresa(s) proponente(s) tenha(m) executado ou esteja executando, serviços de confecção de carteira de identidade funcional, conforme as especificações do Termo de Referência;
- Apresentação de amostras, caso solicitado.
- Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (www.cnj.jus.br), por meio do [link](#).
- Como condição para habilitação, será verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no [Portal da Transparência](#), em atendimento ao disposto no Acórdão n. 1793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União;

- as documentações indicadas acima poderão ser substituídas pela Certidão/Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no [link](#).
- **Declarações exigidas:**
 - a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - b) Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - c). Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA exercendo funções de gerência ou administração, conforme art. 1º, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO IV – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

1. Estima-se a quantidade especificada na tabela a seguir, levando em consideração o número de magistrados, servidores efetivos, força trabalho, requisitados, cedidos, sem vínculo, removidos para este tribunal, aposentados, policiais judiciais e visitantes. Além disso, prevê-se a possibilidade de emissão de identidade funcional para novos servidores, solicitação de segunda via em casos de extravio ou desgaste, e alteração de nome (em situações como casamento ou adoção de nome social). Para abranger tais cenários, o quantitativo mencionado foi acrescido em 30%.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	1	Carteira de identidade funcional - Servidor (a) e Magistrado (a), especificações vide Anexo II (0833417)	17388	Unidade	300
	2	Carteira de identidade funcional - Agente e inspetor (a) de polícia judicial, especificações vide Anexo III (0833418)	17388	Unidade	10
2	3	Crachá funcional - Servidor, Crachá modelo "Provisório", Crachá modelo "Colaborador" e Crachá modelo "Visitante". Especificações vide Anexo I (0834661).	17388	Unidade	400
	4	Confecção de cordão para crachá personalizados material 100% poliéster; com a expressão "TRE-RR" e a logomarca do Tribunal, colorida, impressos em "sublimação", ambos os lados na cor preta, em letras na cor branca, com 85cm (comprimento) x 15mm (largura), com prendedor do tipo jacaré com argola em metal para prender o crachá com segurança (A montagem deve ser feita de forma que não permita que o crachá vire). Especificações vide Anexo IV (0866869).	22810	Unidade	400
	5	Protetor de crachá (porta crachá) confeccionado em pvc rígido transparente, com furo para presilha. medidas: 54mm (largura) x 86mm (comprimento) interna 54,5mm (largura) x 87mm (comprimento) externa). Obs.: Para ser usado com o crachá funcional, item 3.	474051	Unidade	400

SEÇÃO V – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

1. Após uma breve pesquisa, constatamos que a melhor solução para atender à demanda do presente estudo seria a contratação de uma empresa especializada por meio processo licitatório. Isso garantiria a qualidade, a durabilidade e a uniformidade dos crachás, além de permitir a personalização conforme as necessidades do TRE/RR.

2. Tal solução é adotada por diversos órgãos/entidade da Administração Pública. Vejamos:

- [Conselho da Justiça Federal - CJF: Realizou um pregão eletrônico para a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de confecção e fornecimento de carteiras de identidade funcional para os servidores do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.](#)

- **Defensoria Pública do Distrito Federal:** Realizou um pregão eletrônico para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção, sob demanda, de carteiras de identidade funcional e porta documentos.
- **Centro de Serviços Compartilhados do CAU (CSC-CAU):** Publicou um edital para a contratação de empresa especializada no fornecimento de documentos de segurança e emissão de Carteira de Identidade Profissional (CIP), sob demanda.
- **Defensoria Pública do Ceará:** Realizou uma licitação para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de confecção, sob demanda, de carteiras de identidade funcional e porta-documentos com lapela e distintivo.
- **Advocacia Geral da União:** Realizou um pregão eletrônico para confecção de carteiras de identidade funcional para membros e servidores em exercício na Advocacia-Geral da União, incluindo sistema para captação e tráfego de dados biográficos e processo de impressão a laser dos dados variáveis dos profissionais.
- **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro:** Realizou uma contratação direta para contratação, por demanda, de serviços de impressão de carteira de identidade funcional - CIF, pelo período de 12 (doze) meses. res.

3. Essa abordagem proporciona flexibilidade, qualidade e custos competitivos, garantindo a plena satisfação das necessidades do TRE/RR.

4. A contratação é exclusiva para ME e EPP, em face do que dispõe o inciso II do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06.

SEÇÃO VI – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 37.822,70 (trinta e sete mil oitocentos e vinte e dois reais e setenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VAOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	1	Carteira de identidade funcional - Servidor, especificações vide Anexo II (0833417)	17388	Unidade	300	R\$ 83,43	R\$ 25.029,00
	2	Carteira de identidade funcional - Agente e inspetor (a) de polícia judicial, especificações vide Anexo III (0833418)	17388	Unidade	10	R\$ 38,97	R\$ 389,70
VALOR TOTAL DO GRUPO 1							R\$ 25.418,70
2	3	Crachá funcional - Servidor, Crachá modelo "Provisório", Crachá modelo "Colaborador" e Crachá modelo "Visitante". Especificações vide Anexo I (0834661).	17388	Unidade	400	R\$ 15,00	R\$ 6.000,00
	4	Confecção de cordão para crachá personalizados material 100% poliéster; com a expressão "TRE-RR" e a logomarca do Tribunal, colorida, impressos em "sublimação", ambos os lados na cor preta, em letras na cor branca, com 85cm (comprimento) x 15mm (largura), com prendedor do tipo jacaré com argola em metal para prender o crachá com segurança (A montagem deve ser feita de forma que não permita que o crachá vire). Especificações vide Anexo IV (0866869).	22810	Unidade	400	R\$ 13,70	R\$ 5.480,00
	5	Protetor de crachá (porta crachá) confeccionado em pvc rígido transparente, com furo para presilha. medidas: 54mm (largura) x 86mm (comprimento) interna 54,5mm (largura) x 87mm (comprimento) externa). Obs.: Para ser usado com o crachá	474051	Unidade	400	R\$ 2,31	R\$ 924,00

		funcional, item 3.					
VALOR TOTAL DO GRUPO 2							12.404,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 1 + GRUPO 2							37.822,70

2. Os valores estimados apresentados foram obtidos da plataforma Painel de Preços, referente à licitações realizadas por outros órgãos públicos com objetos similares, conforme detalhado nos eventos das cotações dos itens 1,2,3,4 e 5, respectivamente, 0871363, 0871360, 0871361, 0871362, 0871364.

SEÇÃO VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

- 1. O solução encontrada foi a confecção, sob demanda, das carteiras de identidade funcional, crachás e acessórios por intermédio de empresa especializada que será selecionada por meio de dispensa eletrônica, nos termos do art. 75, II e §3º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 1.1. A contratação seguirá o modelo "sob demanda" por não se possível prever com exatidão, quantas entregas serão feitas e a quantidade de carteiras ou crachás funcionais em cada entrega.
- 1.2. Durante o período de vigência contratual, poderão ser emitidas diversas ordens de fornecimento, sendo a empresa remunerada de acordo com o trabalho efetivamente realizado no período.
- 1.3. O quantitativo total não poderá ser superior ao máximo previsto no item I da seção VI deste ETP.
- 2. As especificações detalhadas e as normas para a emissão e utilização pelos servidores e magistrados dos itens 1, 2 e 3 encontram-se definidas nos Anexos I, II, III e IV (0834661, 0833417, 0833418 e 0866869).
- 3. Quanto à especificação do objeto, é de se verificar que os itens a serem licitados podem ser classificados como "comuns", sendo possível definir no Edital seus padrões de desempenho e qualidade por meio de especificações usuais no mercado, em conformidade com os princípios da Lei 14.133/2021.

4. DA GARANTIA DE QUALIDADE DOS OBJETOS

- 4.1 Os objetos deverão possuir garantia de qualidade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, desde que não caracterizado mal uso.
- 4.2. A garantia englobará defeitos de fabricação, emissão e transporte dos objetos;
- 4.3. Entende-se como “defeitos de fabricação” todo e qualquer defeito que tenha sido provocado por alguma falha no processo de produção, tanto da matéria-prima utilizada quanto do produto final que com ela tiver sido produzido

SEÇÃO VIII – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

- 1. Os quantitativos apresentados neste instrumento, para cada item foram calculados com base na quantidade de servidores existentes e no histórico das necessidades apresentadas por cada unidade.
- 2. Ainda que seja a regra, o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala.
- 3. Desta forma, visando evitar perda de confidencialidade e prezar pela padronização do serviço a ser executados, os itens desta demanda serão agrupados em 2 grupos, conforme as características dos serviços. Além disso, por se tratar de fornecimento sob demanda, em que vários fatores influenciam nos preços unitários, inclusive possibilidade de entrega de uma única unidade por pedido, é técnica e economicamente desejável agrupar a solução, por se tratarem de itens similares.
- 4. Outro ponto fundamental é a manutenção da padronização visual dos itens. Essa padronização — atributo que garante a identidade visual dos itens a serem executados — é prejudicada quando são empregados diferentes insumos, processos de impressão e de colorimetria por diferentes fornecedores. Destarte, para manter a padronização visual, os itens devem ser reunidos em dois grupos, uma vez que os elementos de identificação devem ser idênticos para todos, sem discrepâncias de cor, forma, fonte, acabamento, etc., problemas indubitavelmente inerentes quando há diversidade de fornecedores.

SEÇÃO IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

- 1. Padronizar e emitir a identidade funcional dos servidores ativos e inativos;
- 2. Padronizar e emitir a identidade funcional dos(as) Agentes de Polícia Judicial;
- 3. Melhor controle de acesso de pessoas as dependências do TRE/RR;
- 4. Fortalecer a imagem institucional do TRE-RR;
- 5. Fortalecer a identidade institucional da Policia Judicial do Poder Judiciário;
- 6. Vincular a instituição por meio dos seus servidores no desempenho das atividades na âmbito externo em meio a sociedade, diferenciando-se dos demais;
- 7. Qualidade, economicidade e preços justos, em consonância com os padrões de mercado e exigências estabelecidas pelo Contratante;
- 8. Precisão e tempestividade no fornecimento dos conjuntos de identificação funcional, considerando ainda a expertise da Contratada.

SEÇÃO X – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

1. **Elaboração do Termo de Referência (TR):** Desenvolvimento de um documento detalhado para definir requisitos técnicos, condições contratuais e critérios de aceitação dos serviços/materiais, fornecendo orientações claras às empresas interessadas.
2. **Adequação Orçamentária:** Revisão do orçamento disponível para assegurar que haja recursos financeiros suficientes para a celebração do contrato e o pagamento dos serviços contratados.
3. **Documentação Prévia:** Revisão da documentação necessária para formalizar o processo, incluindo a minuta do contrato e os documentos de aprovação interna, garantindo conformidade com a legislação vigente.
4. **Designação de Responsáveis:** Nomeação de servidores para as funções de gestão do contrato, fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, garantindo o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.
5. **Elaboração da Relação de Nomes:** Criação da lista de magistrados, servidores efetivos, oficiais de justiça, requisitados, cedidos, sem vínculo, removidos para este tribunal, aposentados e policiais judiciais, incluindo todos os dados a serem preenchidos conforme os modelos dos documentos anexos.
6. **Desenvolvimento do sistema com dados dos servidores/magistrados para fins de geração do QR Code:** Designação de responsáveis para tratamento dos dados da Carteira de Identidade Funcional - Servidor(a) e Magistrado(a) (0833417) e Carteira de Identidade Funcional - Agente e Inspetor(a) de Polícia Judicial (0833418) e inserção no sistema específico a ser elaborado pela STIC com vistas à geração do QR Code pela Contratada.
7. **Coleta de Fotos:** Designação de responsáveis para a coleta das fotos dos magistrados, servidores efetivos, oficiais de justiça, requisitados, cedidos, sem vínculo, removidos para este tribunal, aposentados e policiais judiciais.

Essas etapas visam assegurar um processo contratual eficiente, transparente e em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, contribuindo para o sucesso da contratação e alcance dos objetivos do TRE-RR.

SEÇÃO XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

1. Não há contratações correlatas para estes itens neste exercício financeiro no TRE/RR.

SEÇÃO XII – IMPACTOS AMBIENTAIS:

1. A Contratada deverá seguir as recomendações e imposições legais, para evitar possíveis impactos ambientais, em especial os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- que os bens sejam constituídos , no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNTNBR - 15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva *RoHS* (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como *mercúrio (Hg)*, *chumbo (Pb)*, *cromo hexavalente (Cr(VI))*, *cádmio (Cd)*, *bifenilpolibromados (PBBs)*, *éteres difenil-polibromados (PBDEs)*.

SEÇÃO XIII – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1. Pelo exposto, manifestamo-nos pela viabilidade técnica, operacional e orçamentária da contratação, assim como pela adequação à necessidade identificada na demanda de contratação, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Sandra Deise Araujo Costa
(Integrante Demandante)
matrícula n.º 26300518

Jadilson Rubens de Castro Júnior
(Integrante Técnico)
matrícula n.º 26300504

Cássia Cavalcante Alves
(Integrante Administrativo)
matrícula n.º 26300745



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA DEISE ARAÚJO COSTA, Coordenador de Desenvolvimento**, em 05/07/2024, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JADILSON RUBENS DE CASTRO JÚNIOR, Analista Judiciário**, em 05/07/2024, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CÁSSIA CAVALCANTE ALVES, Integrante Administrativo**, em 05/07/2024, às 13:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-rr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0835762** e o código CRC **E3F89BAF**.